



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA FÍSICA PARA
DESENVOLVIMENTO DE CURSO A DISTÂNCIA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM
COMUNIDADES ESCOLARES**

UNIDADE GESTORA: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-Instituto Chico Mendes.

RESPONSÁVEL: DIVISÃO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (DGPEA)

1. OBJETIVO

Desenvolver curso de Educação a distância (EaD) sobre Educação Ambiental em Comunidades Escolares, a fim de capacitar gestores, colaboradores e parceiros do Instituto Chico Mendes a realizarem atividades de Educação Ambiental, com ênfase nas atividades desenvolvidas junto a comunidades escolares que têm relação com as Unidades de Conservação(UC) ou outras unidades organizacionais relacionadas ao Instituto Chico Mendes.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

No Brasil, em 1981, foi promulgada a Lei nº 6.938, define a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e apresenta o seguinte artigo: “Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: (...). X –Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. (BRASIL, 1981). Pela primeira vez uma lei brasileira citava a educação ambiental como estratégia de defesa do meio ambiente.

Posteriormente, a Constituição de 1988 reforça o tema em seu artigo 225, que trata da questão ambiental e incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988). Dezoito anos após a criação da PNMA e para garantir o direito constitucional, o Congresso Nacional aprova a Lei nº 9.795/99 que cria a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Lei 9.795/99 é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que é responsável pela criação do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), dirigido em parceria, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que trabalha com o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental).

A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e que é a legislação mais importante quando se trata de unidades de conservação, uma vez que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação, traz diversos artigos que têm relação intrínseca com a Educação Ambiental.

A partir de uma parceria com doadores e organizações da sociedade civil, o governo do Brasil, por meio do Decreto Nº 4.326, de 08/08/2002, criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Atualmente, o Programa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e executado financeiramente pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sendo financiado com recursos de doadores nacionais e internacionais. O Programa reúne o estado da arte em biologia da conservação e integração participativa de comunidades, bem como busca proteger amostras representativas da biodiversidade amazônica em uma escala inédita, além de garantir a integridade de suas paisagens e recursos genéticos. Originalmente, o Programa ARPA foi estruturado em fases interdependentes e contínuas, executadas sequencialmente, com previsão de encerramento das atividades em 2018. A Fase I do Programa ARPA teve um aporte de US\$115 milhões e duração de sete anos, entre 2003 a 2010. A Fase II, em execução desde 2010, tem vigência prevista até 2017 e conta com um aporte de US\$56 milhões. A fase III do Programa, prevista, inicialmente, para o período de 2015 a 2018, teve sua estratégia alterada em função do detalhamento das projeções de custos, que apontou para indisponibilidade de recursos para a consolidação plena e manutenção de todas as unidades de conservação (UC) apoiadas pelo Programa ARPA. Consequentemente, o Programa ARPA adota nesta fase III uma nova estratégia financeira, criando o Fundo de Transição (FT), que consiste em um novo mecanismo de financiamento, que permite o aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UC no prazo de 25 anos. A fase III do programa Arpa, também chamada “Arpa para Vida”, terá 25 anos de duração (2015-2039) e objetiva gerar um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingível, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadores brasileiros e estrangeiros. O objetivo do FT é assegurar a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em sessenta milhões de hectares da Amazônia Brasileira, por meio da gestão efetiva das UC apoiadas pelo Programa ARPA, mobilizando todos os recursos financeiros necessários para financiar o Programa por 25 anos (até 2039).

Por fim, a Lei nº 11.516/2007, que cria o Instituto Chico Mendes, apresenta no artigo 2º, que trata das suas finalidades, o inciso III com a seguinte redação: “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental”.

Ressalta-se que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) atua em trezentas e trinta e quatro (334) unidades de conservação (UCs) federais, quatorze (14) Centros de Pesquisa e Conservação e onze (11) Coordenações Regionais, perfazendo a gestão de cerca de nove por cento (9,2%) do território continental (78.960.561 hectares em áreas protegidas).¹

O *lôcus* responsável pela Educação Ambiental no Instituto Chico Mendes é a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA), que tem com os principais objetivos estratégicos relacionados a Educação Ambiental:

1. Formação de educadores ambientais (servidores do Instituto Chico Mendes e sujeitos externos);
2. Enraizamento da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa, focados nos instrumentos de gestão e conservação de espécies (ex. conselho gestor, planos de manejo, planos de ação de espécies etc.);
3. Comunicação e produção de materiais pedagógicos; e
4. Articulação interinstitucional.

¹QView Instituto Chico Mendes, 2018.

3. JUSTIFICATIVA

Todas as unidades de conservação federais e os centros de pesquisa possuem atividades de Educação Ambiental implementadas ou necessitam implementá-las. O trabalho com as comunidades e moradores das unidades de conservação, seu entorno ou que se relacionam de alguma forma são desafiadores e as comunidades escolares podem ser grupos sociais importantes no fortalecimento da relação entre a sociedade e gestão da biodiversidade.

Este EAD contribuirá para promover maior conhecimento sobre as bases da gestão socioambiental implementada pelo ICMBio, sobre orientações metodológicas relativas à educação ambiental em UCs e ao trabalho junto às comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade, contribuindo assim para maior envolvimento da sociedade na gestão das UCs federais abrangidas pelo Programa ARPA e na conservação da biodiversidade.

Desta forma, espera-se que a consultoria, a ser realizada por meio de contratação de Pessoa Física, proponha um curso à distância sobre Educação Ambiental em Comunidades Escolares, tendo como diretriz e fundamento o conteúdo da publicação “Educação ambiental em unidades de conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade” do Instituto Chico Mendes em parceria com a WWF Brasil, bem como o Programa de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes, em elaboração. Além desses materiais, deverão servir de base para a elaboração do curso à distância as seguintes publicações: “Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes” e “Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais”. O fio lógico e os conteúdos do Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental também deverão ser considerados na montagem do curso à distância de Educação Ambiental em Comunidades Escolares.

Este material é essencial para que os gestores e parceiros tenham acesso a diretrizes institucionais e orientações metodológicas para planejar e implementar processos de educação ambiental em comunidades escolares. Qualificar as ações de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade contribui para a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida e necessária ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, conforme estabelecido na legislação brasileira.

4. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA.

O resultado esperado da consultoria é o desenvolvimento de um curso introdutório, com até 40 (quarenta) horas/aula, autoinstrucional, a ser realizado à distância, por meio do Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA) do Instituto Chico Mendes.

A execução dos trabalhos deverá obedecer criteriosamente às especificações contidas no presente Termo de Referência (TdR) e anexos, além de ter articulação prioritária com a equipe técnica da DGPEA, sendo necessária a participação da Coordenação de Educação Corporativa, vinculada à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), em determinadas atividades a serem realizadas, em decorrência de sua expertise em educação a distância, objeto deste TdR.

O detalhamento das atividades a serem realizadas é apresentado a seguir, assim como os produtos que deverão ser elaborados durante cada etapa de execução deste TdR.

Após a apresentação dos produtos, o Instituto Chico Mendes terá um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para análise e aprovação. Havendo necessidades de ajustes, a contratada deverá atender às recomendações solicitadas para o aprimoramento e a melhoria do produto no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento das recomendações solicitadas. O pagamento do produto será realizado após a aprovação da versão final deste pelo Instituto Chico Mendes.

Os serviços previstos neste TdR deverão ser concluídos no prazo de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, distribuídos de acordo com o cronograma de atividades de entrega dos produtos, devendo o último produto ser entregue com pelo menos 30 dias de antecedência em relação ao fim da vigência do contrato.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

A consultoria deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br), devidamente aprovados pela DGPEA.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com recursos do Programa ARPA

PRODUTOS	PRAZO (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	VALOR %
Produto 1 – Plano de trabalho ajustado	15	0%
Produto 2 – Plano de Curso Preliminar apresentado em reunião presencial	45	21%
Produto 3 – Conteúdo do curso à distância, com atividades e indicações de métodos.	90	32%
Produto 4 - Oficina de avaliação do Produto 3 (duração 5 dias), com entrega de relatório contendo os resultados da avaliação	120	25%
Produto 5 – Conteúdo final da Capacitação: Planos de Curso e de Aula do curso à distância	150	22%
TOTAL	-	100%

PRODUTO 1. Plano de trabalho ajustado

Plano de Trabalho contendo cronograma detalhado, definição das atividades, cronograma físico e insumos necessários, em meio digital, formato Word e PDF. O plano de trabalho deverá conter uma breve descrição das etapas necessárias ao cumprimento dos objetivos deste TdR, cronograma de execução, infraestrutura, material de apoio e possíveis parceiros, que possam contribuir com os trabalhos. A apresentação será feita em uma reunião com a equipe técnica da DGPEA (podendo ser presencial ou à distância) e, neste momento, serão refinados o conteúdo programático e o fio lógico do processo formativo.

PRODUTO 2. Plano de Curso Preliminar apresentado em reunião presencial

Reunião presencial em Brasília com a equipe da DGPEA para apresentação de Plano de Curso Preliminar.

O curso deverá ser autoinstrucional, sendo que algumas atividades de fixação de conteúdo deverão ser desenhadas para serem realizadas com o acompanhamento de um tutor. Tais atividades serão discutidas e compactuadas em conjunto com a equipe técnica da DGPEA.

O Plano de Curso deve considerar o seguinte conteúdo programático e fio lógico. Outros aspectos ou assuntos poderão ser abordados para que haja melhor efetividade do curso à distância, desde que acordado previamente com a equipe técnica.

Módulo 1 - Gestão Socioambiental

- Gestão Ambiental Pública;
- Pilares teórico-metodológicos da Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes;
- Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública;
- Leitura da Realidade: mapeamento de atores locais, identificação das assimetrias na gestão ambiental pública e nos espaços de participação. Descrição da problemática no território de atuação, com identificação das necessidades de intervenção, a partir das prioridades de gestão.

Módulo 2 - Educação Ambiental

- História da Educação Ambiental no mundo, Brasil, Ibama e Instituto Chico Mendes;
- A Educação Ambiental em Unidades de Conservação;
- Algumas metodologias participativas e de comunicação para a gestão participativa (educomunicação, técnicas e ferramentas);
- Diretrizes, Monitoramento e Avaliação.

Módulo 3 – Do planejamento à ação: o passo a passo para a Educação Ambiental em comunidades escolares

- Passo 1. Primeiras aproximações, ou antes, de chegar à escola
- Passo 2. Chegada à escola
- Passo 3. Construção da ação educativa
- Passo 4. Execução da ação educativa
- Passo 5. Acompanhamento e avaliação da ação educativa
- Passo 6. Comunicação e divulgação do projeto

PRODUTO 3. Conteúdo do curso à distância, com atividades e indicações de métodos

Entrega de uma apostila contendo o conteúdo de cada módulo do curso de acordo com o modelo da Coordenação de Educação Corporativa do Instituto Chico Mendes, nos formatos especificados no Item 5 deste TdR. As aulas deverão ser enriquecidas com materiais externos já produzidos, que sejam de acesso livre.

A consultoria deve identificar conteúdos prioritários para elaboração de roteiros de conteúdo audiovisual (materiais pedagógicos audiovisuais e/ou multimídia para enriquecimento das aulas) para posterior produção pelo Instituto Chico Mendes.

Considerando a existência de diversos modelos de exercícios e avaliações, a consultoria deverá elaborar minimamente: exercícios de fixação para cada módulo e os devidos feedbacks; avaliação final do curso; exercícios práticos, caso necessário; avaliação de reação/satisfação; dentre outros aspectos não citados, mas que podem enriquecer ou aprimorar o conteúdo do

curso.

PRODUTO 4. Oficina de avaliação do Produto 3 (duração 5 dias), com entrega de relatório contendo os resultados da avaliação

A oficina de avaliação do curso à distância deverá ter duração de 5 (cinco) dias e será realizada após a análise do plano de curso e do conteúdo do curso (conteúdo programático e fio lógico) pela equipe técnica da DGPEA, que, a seu critério, designará atores para participação.

A realização da Oficina dependerá da apresentação/entrega da segunda versão do conteúdo e dos exercícios/avaliações contendo as melhorias e revisões propostas no produto anterior para validação da equipe técnica da DGPEA e equipe Coordenação de Educação Corporativa da CGGP. Os materiais externos a serem utilizados deverão ser listados e, quando pertinente, reunidos em uma biblioteca digital.

Também devem ser apresentados/entregues os roteiros elaborados para produção de materiais audiovisuais com os conteúdos identificados no produto anterior (cerca de 1h de produção, no total).

Antes da realização, deverá ser encaminhado à DGPEA o plano de execução (planejamento) detalhado da Oficina, contendo datas, carga horária, materiais de apoio necessários e atividades a serem realizadas.

Deverá ser elaborado e entregue, após a realização da Oficina, relatório que deverá contemplar os resultados advindos da realização da oficina, considerando as alterações/proposições solicitadas. O relatório deve conter, obrigatoriamente: programação das atividades com responsáveis e metodologia utilizada, fotos, lista de presença, breve descrição dos momentos da aplicação do protocolo, e destaque para o desempenho, as dificuldades e os aprendizados.

Adicionalmente, deverão ser apresentadas as alterações realizadas no curso à distância após a realização da oficina.

PRODUTO 5. Conteúdo final da Capacitação: Planos de Curso e de Aula do curso à distância

Entrega do material final do curso, no formato de apostila e com o preenchimento dos documentos de plano de curso e planos de aula de acordo com os modelos estabelecidos pela Coordenação de Educação Corporativa do Instituto Chico Mendes.

O plano de curso deve ser elaborado de forma a conter, minimamente: apresentação das características essenciais do curso, justificativa, fio lógico, componentes curriculares, programação e planos de aulas.

O plano de aula deve ser elaborado de forma a conter, minimamente: tema, objetivos específicos da aula, conteúdos programáticos, duração da aula, recursos necessários e metodologia.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os produtos deverão ser apresentados completos e com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão e entregue nos prazos especificados no item 4.

Os produtos deverão ser redigidos em português e devem obedecer às regras gramaticais vigentes. Caso necessário, a revisão ortográfica será feita por pessoa comprovadamente qualificada e com ônus para a CONTRATADA.

Os conteúdos deverão ser elaborados em documento formato .doc compatível com Microsoft Word, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e uma via digital a ser encaminhada para o e-mail: dgpea@icmbio.gov.br, com cópia para os membros da equipe técnica; caso existam tabelas, estas devem ser encaminhadas em separado, no formato .xls compatível com Excel, e no caso de imagens, devem ser informadas as fontes, questões de direitos autorais e encaminhadas em formato compatível com .jpg e Adobe Illustrator.

A forma de apresentação dos módulos do curso seguirá os padrões estabelecidos pela ABNT, como também o manual e a apostila apresentada pelo Instituto Chico Mendes.

O conteúdo final será entregue de forma preliminar para análise e aceite do Instituto Chico Mendes. Caberá à empresa contratada adequar ou corrigir os produtos conforme a necessidade.

A entrega de material físico (impressos, pendrive) e/ou virtuais dos produtos deverão ser entregues no endereço EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste CEP: 70.670-350 - Brasília – DF e/ou enviados ao endereço eletrônico dgpea@icmbio.gov.br, com cópia para os membros da equipe técnica.

As reuniões de acompanhamento e validação serão virtuais por meio de videoconferência.

As reuniões, quando ocorridas, devem ser devidamente documentadas e registradas através de listas de presença, fotos e memórias de reuniões.

A CONTRATADA deverá encaminhar cópias de todos os produtos para o órgão gestor (DGPEA) para o FUNBIO e UCP, via e-mail, mídia digital, e impressos, conforme consta neste TdR.

Os produtos devem ser primeiramente entregues à equipe DGPEA que fará a avaliação e aprovação dos produtos. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pela equipe técnica da DGPEA, a contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para só então serem aprovados. As versões impressas deverão ser enviadas somente após aprovação do produto.

A lista de toda a documentação e bibliografia consultada deverá estar disponível à DGPEA durante todo o processo.

Ao final de cada etapa deverá ser entregue, juntamente com os produtos, um banco de dados com todos os arquivos e documentos que o geraram, e cópia das bibliografias disponíveis em formato digital.

A relação dos documentos de referência consultados deve ser listada de acordo com as normas da ABNT e os quadros e tabelas deverão especificar as fontes dos dados.

As versões de todos os produtos serão apresentadas em cópia em meio digital, gravadas em formato Word.

Os serviços de consultoria, objeto desta contratação, seguirão as orientações apresentadas neste TdR, bem como as orientações da equipe da DGPEA e da equipe da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) à qual o processo está vinculado.

Caberá à equipe da DGPEA a responsabilidade técnica de todo o processo, procedendo à análise, aprovação e elaboração de pareceres quanto aos relatórios e produtos finais e terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços contido no TdR e no auxílio na definição das metodologias que serão utilizadas e a aprovação dos documentos finais.

A comunicação entre a consultoria contratada e a equipe responsável pela coordenação do trabalho se dará através das seguintes formas:

- a) *E-mail e outros meios de comunicação eletrônica.*
- b) *Ofícios/Memorandos/Despachos/Convites:* deverão ser usados para comunicação formal entre os envolvidos no processo de desenvolvimento do trabalho, obedecendo às normas e recomendações do Manual de Gestão Documental do Instituto Chico Mendes. Todos os documentos oficiais serão obrigatoriamente assinados e encaminhados por servidor do Instituto Chico Mendes com a devida delegação de competência.
- c) *Relatórios e atas de reuniões:* deverão ser tramitados sempre em anexo a documento oficial do Instituto Chico Mendes, seja ofício, despacho ou memorando e, quando necessário, poderão ser enviados por e-mail com autorização expressa da DGPEA ou servidor por esta indicada.

Todo tipo de solicitação e, principalmente, definição e propostas de encaminhamento de algum assunto realizado informalmente através de encontros pessoais ou por telefone, só terão validade se registradas posteriormente através de documentos oficiais ou e-mail.

6. DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos patrimoniais revertidos para o ICMBio e para o Funbio, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização dos mesmos, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização da ICMBio e do Funbio.

Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

7. INSUMOS NECESSÁRIOS

De responsabilidade da CONTRATADA:

- Os custos advindos da impressão e gravação digital dos documentos, produção de vídeo, tutoriais, fotos e demais documentos, que deverão compor os relatórios e produtos a serem entregues ao Instituto Chico Mendes.

De responsabilidade do Instituto Chico Mendes:

- O acesso a toda a documentação que entender pertinente na sede do Instituto Chico Mendes para a execução das atividades previstas nesse TdR.
- Acesso a informações sobre atividades de Educação Ambiental e relatórios e publicações pertinentes sobre o tema.
- Acesso a publicações, biblioteca virtual e vídeos de Educação Ambiental elaborados e/ou vinculados pelo Instituto Chico Mendes.
- Todas as despesas necessárias à execução das atividades previstas neste TdR, como passagens, hospedagens e alimentação.

8. QUALIFICAÇÃO PESSOA FÍSICA

8.1. Qualificação da consultoria

Os serviços acima descritos serão desempenhados por pessoa física com formação de nível superior, categoria pleno (entre 8 e 10 anos de formação e experiência na área). Serão considerados os seguintes critérios obrigatórios e classificatórios para avaliação dos candidatos:

8.1.1 Critérios OBRIGATÓRIOS:

1. Formação de nível superior, categoria pleno (mínimo de 08 anos de formação) e experiência na área ambiental ou em área relacionada à educação.
2. Experiência comprovada em educação ambiental em áreas protegidas (mínimo de 3 anos);
3. Experiência na condução de processos formativos, elaboração de materiais didáticos, planejamento de cursos, formações e capacitações relacionados a gestão de áreas protegidas (mínimo de 2 projetos ou programas);
4. Produção de conteúdo para de EaD com carga horária mínima de 30 h/a por curso (mínimo 2 cursos).

8.1.2 Critérios CLASSIFICATÓRIOS:

1. Titulação de pós-graduação em nível de doutorado, mestrado ou especialização na área ambiental ou de educação;
2. Formação complementar:
 - Metodologia de produção de conteúdo EAD com no mínimo de 80 horas
 - Educação ambiental com no mínimo de 80 horas (máximo 04 pontos);
3. Experiência na elaboração de processos pedagógicos, capacitações em Educação Ambiental para educadores (a partir de 3 anos);
4. Experiências como educador (a) ambiental em processos com enfoque na participação social em áreas protegidas. (a partir de 2 cursos/projetos)
5. Experiência na elaboração de conteúdo para material EaD (a partir de 3 cursos);
6. Experiência na tutoria de cursos EaD (a partir de 1 curso);
7. Publicação de trabalhos de educação ambiental com foco na participação social e na conservação da biodiversidade (mínimo de 1 publicação).

O currículo do(a) candidato(a) deverá ser apresentado no formato do formulário em anexo, acompanhado dos documentos comprobatórios, devidamente anexados e identificados.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto, o Instituto Chico Mendes reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa análise técnica sobre os materiais, diretamente por servidores designados.

O acompanhamento e a análise técnica dos trabalhos estarão a cargo da DGPEA. Os técnicos destacados realizarão reuniões periódicas e quando necessário, participarão das atividades de campo em todo o processo de desenvolvimento do trabalho, conforme o plano de trabalho estabelecido.

Os serviços de consultoria técnica contratada seguirão as orientações da DGPEA e o constante neste TdR.

Todos os materiais, equipamentos e serviços de terceiros necessários à preparação do trabalho, tais como deslocamento, hospedagem, serviços de digitação, diagramação, gravação, edição audiovisual, preparação e apoio para oficinas e outros recursos similares ou não mencionados correrão por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer todos os elementos de seu conhecimento e competência necessários ao processo de acompanhamento e análise técnica do Instituto Chico Mendes.

Em todas as fases da consultoria a CONTRATADA deverá cumprir as solicitações de ajustes e complementações. Somente após o cumprimento das exigências serão aprovados os produtos e encaminhada a liberação do pagamento, de acordo com o cronograma de desembolso.

O término dos serviços de consultoria ocorrerá somente após a aprovação de todos os produtos em suas versões finais e conforme estabelecido no item 4 e 5 deste TdR.